

Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

Demonstrações Financeiras encaminhadas à ANTT, referentes ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017

Relatório do Auditor Independente sobre as demonstrações financeiras

Aos
Administradores, Conselheiros e Acionistas da
FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A.
Fortaleza – CE

Grant Thornton Auditores Independentes
Rua Padre Carapuceiro, 752
sala 601 – 6º andar
Boa Viagem | Recife | PE
CEP: 51020-280
T: + 55 81 3314.8886
www.grantthornton.com.br

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. (“Companhia”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A. em 31 de dezembro de 2017, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro International Financial Reporting Standards (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção “Responsabilidades do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional

Chamamos a atenção para a nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras, que indica que a Companhia incorreu no prejuízo de R\$ 85.243 mil durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e, nessa data, o passivo circulante da Companhia excedeu o total do ativo circulante em R\$ 56.824 mil. Esses eventos ou condições, em conjunto com outros assuntos descritos na nota explicativa nº 1, indicam a existência de incerteza relevante que pode levantar dúvida significativa quanto à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Ênfase

Conforme mencionado na nota explicativa nº 9 às demonstrações financeiras, a Companhia mantém transações envolvendo montantes relevantes com as empresas Transnordestina Logística S.A. e a Companhia Siderúrgica Nacional, parte relacionada controladora da Companhia, respectivamente, representadas principalmente por contratos de mútuo e de cessão de créditos, efetuados com base em condições negociadas entre a Companhia e as respectivas empresas. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

Principais assuntos de auditoria

Os principais assuntos de auditoria ("PAA") são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre estas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre estes assuntos. Além do assunto descrito na seção "Incerteza relevante relacionada com a continuidade operacional", determinamos que os assuntos descritos a seguir são os principais assuntos de auditoria a serem comunicados em nosso relatório.

Valor recuperável do ativo imobilizado

Nota Explicativa nº 10.

Motivo pelo qual o assunto foi considerado um PAA

O imobilizado é o ativo mais representativo da Companhia, sobre o qual em períodos anteriores, a Administração identificou indicadores de sua não recuperabilidade, e assim, procedeu com os testes de recuperabilidade destes ativos, que confirmaram esta questão, resultando no registro de uma provisão para redução ao valor recuperável que em 31 de dezembro de 2017, foi estimada no montante de R\$ 279.991 mil.

Os testes efetuados pela Companhia requerem o exercício de julgamentos relevantes sobre determinadas premissas, tais como estimativa de taxas de crescimento, de margens operacionais, dos fluxos de caixa futuros e das taxas de descontos desses fluxos de caixas. Devido às incertezas inerentes ao processo de determinação das estimativas que são a base para o reconhecimento da provisão para não recuperabilidade, bem como o fato de qualquer mudança nas estimativas poderá impactar de forma relevante o montante desses ativos e, consequentemente, as demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.

Como o assunto foi tratado na auditoria das demonstrações financeiras. Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros:

- Avaliações e entendimentos dos processos, controles operacionais e projeções de fluxos de caixa futuros incluídas no teste de recuperabilidade preparado pela Companhia;
- Com o apoio dos nossos especialistas em finanças corporativas avaliamos as projeções e avaliação econômicas e financeiras, a metodologia de cálculo, as premissas e abordagem técnica utilizada no estudo que suportam as análises de recuperabilidade. Comparamos informações externas com expectativas de mercado, bem como efetuamos a comparação das informações internas com expectativas de anos anteriores e outras informações históricas;
- Discussões com a administração sobre os critérios utilizados para determinação dos fluxos de caixa e esclarecimentos quanto a determinadas premissas utilizadas nos cálculos;
- Realizamos uma análise de sensibilidade sobre essas premissas;
- Verificamos a razoabilidade da divulgação efetuada pela Companhia.

Com base na abordagem de auditoria e nos procedimentos efetuados, entendemos que os critérios e premissas adotados pela Companhia para avaliação da recuperabilidade e a divulgação das estimativas relacionadas foram adequados no contexto das demonstrações contábeis tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Informação suplementar – Demonstrações do Valor Adicionado

As demonstrações do valor adicional (DVA) referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2017, elaborada sob a responsabilidade da Administração da Companhia, cuja apresentação é requerida pela legislação societária brasileira para companhias abertas e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS (que não requerem a DVA) foram submetidas à procedimentos de auditoria executados em conjunto com nossa auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse pronunciamento técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de dezembro de 2016 foram auditadas por outro auditor independente, que emitiu relatório de auditoria datado de 15 de setembro de 2017 sem ressalvas e com parágrafos de ênfase quanto à transações com parte relacionada e sobre continuidade operacional da Companhia, assuntos este objeto de mesma ênfase neste relatório.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o relatório da Administração e não expressamos ou expressaremos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é ler o relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidas de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as e as práticas contábeis adotadas no Brasil e com normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração destas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidade do auditor independente pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

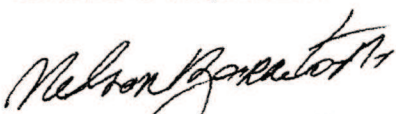
- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia;
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe uma incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manterem em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações, e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada;

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos alguma que lei ou regulamento tenha proibido a divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

Recife, 29 de março de 2018



Nelson Fernandes Barreto Filho
CT CRC 1SP-151.079/O-0 "S" – PE

Grant Thornton Auditores Independentes
CRC 2SP-025.583/O-1 "S" – PE



Relatório da Administração 2017

Contatos:

Fernanda Cavalcante Albuquerque
Gerente de Finanças e Controladoria

João Dhiego Freire de Menezes
Coordenador de Controladoria

Luiz Fernando Santos Vieira
Analista de Controladoria

Av. Francisco Sá, 4.829
Álvaro Wayne
60.335-195 - Fortaleza – CE.

Fone: 55-85-4008-2500

Originalmente criada com o nome de Companhia Ferroviária do Nordeste S.A (CFN), em 1º de janeiro de 1998 a companhia incorporou os ativos existentes e o direito de concessão da antiga Rede Ferroviária Federal (RFFSA) referente à malha Nordeste. Em 2008, a razão social da CFN mudou para Transnordestina Logística S.A. (TLSA) e em dezembro de 2013 ocorreu a Cisão entre as empresas dando origem as empresas Ferrovia Transnordestina Logística (FTL) e TLSA.

FTL – Ferrovia Transnordestina Logística S.A.

1.Contexto Operacional

A Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL") é uma Companhia registrada na CVM e tem sua sede na cidade de Fortaleza, Estado do Ceará, Brasil. A Companhia é controlada direta da CSN – Companhia Siderúrgica Nacional S.A. ("CSN") que detém 90,78% do seu capital social, seguida pela empresa Taquari Participações S.A detentora de 9,22%.

Na sua área geográfica de atuação a FTL é prestadora de serviços relevantes no setor de logística de carga geral, com ênfase no transporte ferroviário de graneis líquidos e outros graneis sólidos, oferecendo uma solução integrada de transporte, armazenagem e embarque. Atualmente a FTL possui malha ferroviária operacional que conecta os estados do Maranhão, Piauí e Ceará ao longo de 1.191 quilômetros. Os demais trechos ferroviários, que compõem a Concessão nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, estão com tráfego suspenso, e se encontram em processo de negociação para sua devolução junto a ANTT e DNIT.

Dentre suas principais realizações estão a construção em parceria com a Granel Química de um ramal ferroviário misto no Porto do Itaqui para acesso ao Terminal de Graneis Líquidos chamado Granel II. Tal equipamento possibilitará maior produtividade nas operações de carregamento de derivados de petróleo destinados à base de Teresina – PI.

Atualmente, a FTL conta com sete terminais multimodais operacionais, incluindo os importantes terminais de Itaqui no Maranhão, Pecém e Fortaleza no estado do Ceará, são locais estratégicos para a sua atuação devido à proximidade com seus clientes e também com a malha rodoviária e ferroviária.

Os comentários a seguir referem-se aos resultados do ano de 2017.

As demonstrações financeiras intermediárias foram revisadas por auditores externos.

PRINCIPAIS DESTAQUES

Para o ano de 2017 na FTL, vale destacar:

- Receita Bruta de R\$ 146 milhões;
- Receita Bruta Ferroviária de R\$ 98,3 milhões;
- Receita Líquida de R\$ 114,9 milhões;
- Em relação à TKU (tonelada útil por quilômetro) realizamos no último trimestre 167 milhões, o que contribuiu para o resultado de 640 milhões para o ano de 2017;
- Quanto à TU (tonelada útil) transportada, o último trimestre de 2017 contribuiu com 752,5 mil toneladas, de um total de 2,8 MM para o ano de 2017;
- A boa negociação nas tarifas do Direito de Passagem, somado à performance do volume trafegado, apresentou um resultado superior ao ano anterior em R\$ 15,5 milhões o que corresponde a 59,3%, totalizando R\$ 41,7 milhões;
- As Receitas Alternativas somaram R\$ 5,9 MM no ano de 2017;
- Destaque para a realização do EBITDA positivo em 2017 de R\$ 15,9 milhões, o que representa um aumento de 87% em relação ao ano anterior que foi de R\$ 8,5 milhões.

DESEMPENHO COMERCIAL

A Receita Bruta em 2017 totalizou R\$ 146.033 mil, sendo R\$ 98.309 mil Receita Bruta Ferroviária, para um total de 640.804 mil TKU e 2.787 mil TU. Os segmentos de Combustível e Construção foram os que mais se destacaram, tendo sido responsáveis por 83% da TKU transportada. No mesmo período em 2016 a Receita Bruta totalizou R\$ 125.138 mil, sendo R\$ 91.733 mil Receita Bruta Ferroviária o que representa um aumento de 17% em relação a Receita Bruta e 7% em relação a Receita Bruta Ferroviária.

PREÇOS

O preço médio dos produtos transportados, que é o total da Receita Bruta Ferroviária, dividido pelo volume (TKU), sofreu uma variação positiva de 8%, saindo de R\$ 142,06 em 2016 para R\$ 153,59 em 2017.

ANÁLISE DA RECEITA DE TRANSPORTE POR SEGMENTO

Em relação à receita faturada, os segmentos que se destacaram principalmente em 2017 foram: Combustível, Construção, Celulose, Siderurgia e Carga Geral.

No segmento de Combustível são transportados óleo diesel e gasolina, que juntos totalizaram em 2017 282.723 mil TKU (271.444 mil TKU em 2016). A ROB para este segmento foi de R\$ 51.358 mil (R\$ 47.007 mil em 2016), representando um aumento de 9%.

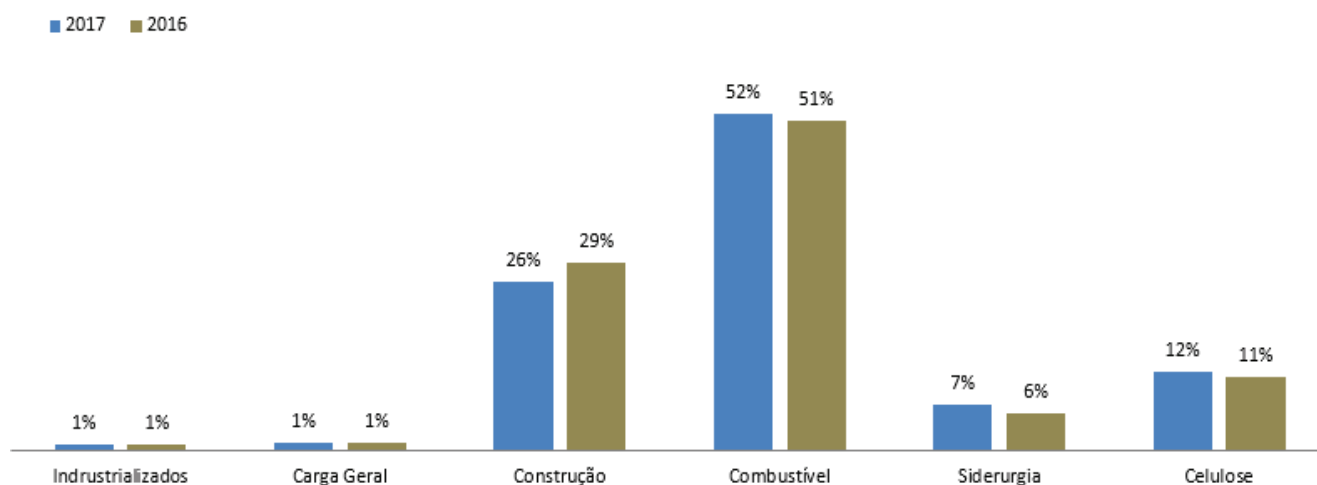
O destaque no segmento de Construção é o transporte de cimento, coque e clínquer. Esse segmento movimentou em 2017 249.493 mil TKU (272.360 mil TKU em 2016). A ROB para este foi de R\$ 25.832 mil (R\$ 26.757 mil em 2016), que representa uma redução de 3,5%.

No segmento de celulose são transportados Óleo Vegetal e Celulose, que totalizaram em 2017 8.155 mil TKU (7.703 mil TKU em 2016). A ROB para este segmento foi de R\$ 12.379 mil (R\$ 10.463 em 2016), representando um aumento de 18%.

O transporte no segmento de Siderurgia movimentou em 2017 80.700 mil TKU (66.017 mil TKU em 2016), equivalente a uma receita de R\$ 7.063 mil em 2017 (R\$ 5.328 mil em 2016), resultando em uma variação positiva de 33%.

O segmento de Carga Geral que faz o transporte de container no fluxo Fortaleza (CE) até São Luís (MA), alcançou em 2017 uma ROB de R\$ 724 mil enquanto que em 2016 totalizou R\$ 1.308 mil.

O gráfico a seguir mostra a participação de cada segmento na Receita Bruta de Transporte Ferroviário.



CUSTOS

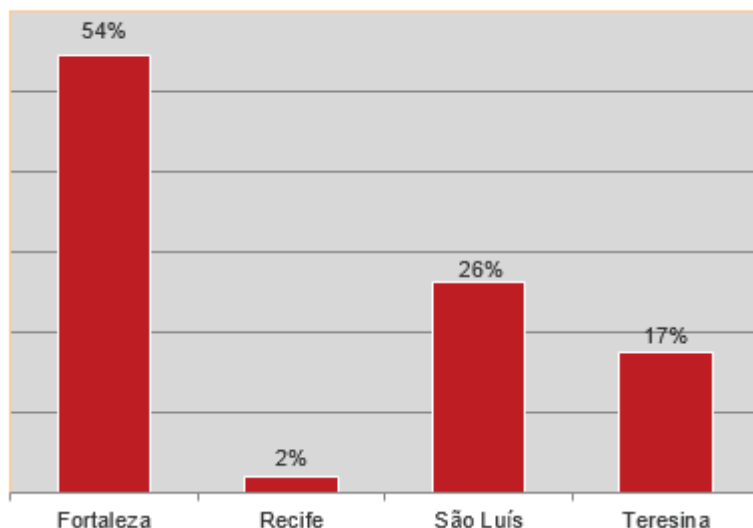
O custo do serviço prestado (CSP) totalizou R\$ 83.552 mil em 2017 sem depreciação, o que representa um aumento de 14% se comparado ao ano de 2016 que totalizou R\$ 73.332 mil.

INVESTIMENTOS

A FTL continuou firme no propósito de recuperar a malha ferroviária através de investimentos. Em 2017 foi investido em continuidade ao plano de recuperação da malha o montante de R\$ 34,2 milhões. Tais valores foram aplicados principalmente na recuperação de superestrutura da Via Permanente através da aplicação de Dormentes, Brita para Lastro e aquisição de trilhos. Com relação aos investimentos em máquinas e equipamentos, houve a revitalização de algumas locomotivas e diversos vagões, bem como a recuperação de Máquina Plasser, importante equipamento voltado para o alinhamento e nivelamento da via permanente.

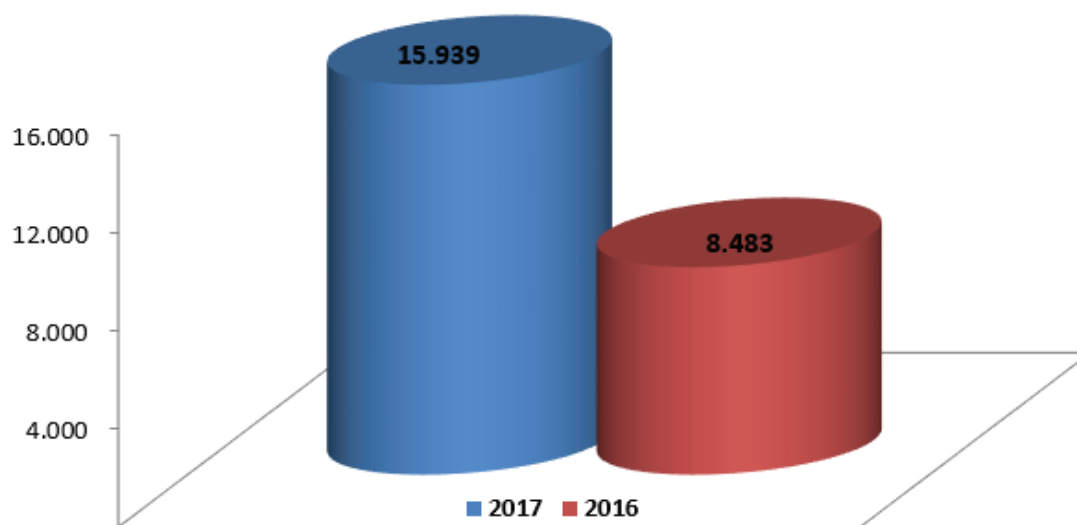
PESSOAL

Total 948 Colaboradores



A empresa possui em 2017 948 colaboradores distribuídos nas suas filiais de acordo com o gráfico acima. No mesmo período de 2016 esse número era de 1.021.

Gráfico do EBITDA Ajustado



Em R\$ mil	2017	2016
Prejuízo do Exercício	(85.243)	(12.558)
(+) Tributos sobre o Lucro	-	-
(+) Despesas Financeiras Líquidas das receitas financeiras	(3.791)	(6.588)
(+) Depreciações, amortizações e exaustões	88.318	20.663
LAJIDA (EBITDA)	(716)	1.517
(+) Outras receitas (despesas) operacionais	16.655	6.966
LAJIDA Ajustado (EBITDA Ajustado)*	15.939	8.483

*A companhia divulga seu EBITDA ajustado, excluindo outras receitas (despesas) operacionais, por entender que não devem ser consideradas no cálculo da geração recorrente de caixa operacional.

O EBITDA ajustado, que representa o Lucro antes da depreciação, encargos financeiros, impostos e outras receitas (despesas) operacionais, atingiu o valor de R\$ 15.939 mil positivos em 2017. No mesmo período de 2016 o EBITDA ajustado foi de R\$ 8.483 mil positivos.

O Lucro Bruto, que é a diferença entre Receita Líquida e Custos, alcançou o valor de R\$ 49.982 mil negativos em 2017 incluída a depreciação. No mesmo período de 2016 o Lucro Bruto foi de R\$ 6.497 mil positivos.

RELACIONAMENTO COM AUDITORES EXTERNOS

Os auditores só prestaram serviços de auditoria externa.

ETL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL LEVANTADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$ mil)

ATIVOS	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016	PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
CIRCULANTES				CIRCULANTES			
Caixa e equivalentes de caixa	4	5.889	16.005	Fornecedores	11	16.217	14.760
Contas a receber de clientes e outros créditos	5	7.801	5.303	Empréstimos e financiamentos	14	17.719	17.523
Estoques	6	6.179	9.127	Impostos e contribuições a recolher		6.935	4.848
Impostos a recuperar	7	8.870	10.622	Outras contas a pagar	13	12.794	13.086
Despesas antecipadas	8	2.281	783	Partes relacionadas	9	3.142	715
Outras contas a receber		1.424	749	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	26.538	22.771
Total dos ativos circulantes		32.444	42.589	Adiantamento de clientes	12	5.923	5.493
				Total dos passivos circulantes		89.268	79.196
NÃO CIRCULANTES				NÃO CIRCULANTES			
Contas a receber de clientes e outros créditos	5	3.688	2.338	Empréstimos e financiamentos	14	23.622	40.843
Depósitos judiciais	15	22.821	20.307	Receita diferida	16	6.602	5.089
Partes relacionadas	9	159.662	171.989	Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	15	3.292	2.693
Impostos a recuperar	7	12.174	14.525	Outras contas a pagar	13	2.768	5.237
Imobilizado	10	229.778	279.991	Adiantamento para futuro aumento do capital	9	26.777	5.481
Intangível	10	748	1.029	Total dos passivos não circulantes		63.061	59.343
Total dos ativos não circulantes		428.871	490.179	PATRIMÔNIO LÍQUIDO			
				Capital social	17	430.798	430.798
				Prejuízos acumulados		(121.812)	(36.569)
				Total do patrimônio líquido		308.986	394.229
TOTAL DOS ATIVOS		<u>461.315</u>	<u>532.768</u>	TOTAL DOS PASSIVOS E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u>461.315</u>	<u>532.768</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
RECEITA DE SERVIÇOS - LÍQUIDA	18	114.878	97.665
CUSTOS DOS SERVIÇOS PRESTADOS	19	(164.860)	(91.168)
(PREJUÍZO) LUCRO BRUTO		(49.982)	6.497
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS			
Despesas administrativas e gerais	19	(15.807)	(15.608)
Despesas com vendas	19	(1.580)	(1.579)
Outras receitas e despesas operacionais	19	(21.665)	(8.456)
PREJUÍZO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(89.034)	(19.146)
RESULTADO FINANCEIRO			
Receitas financeiras	20	18.930	31.161
Despesas financeiras	20	(15.139)	(24.573)
		3.791	6.588
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(85.243)	(12.558)
Prejuízo básico/diluído por lote de mil ações		(0,1958)	(0,0314)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
(Em milhares de reais - R\$ mil)

	Capital social	Prejuízos acumulados	Total
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2015	391.458	(24.011)	367.447
Aumento de Capital	39.340	-	39.340
Prejuízo do exercício	-	(12.558)	(12.558)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016	430.798	(36.569)	394.229
Prejuízo do exercício	-	(85.243)	(85.243)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017	430.798	(121.812)	308.986

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.
 DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Prejuízo do exercício		(85.243)	(12.558)
Ajustes para reconciliar o prejuízo do exercício com o caixa líquido aplicado nas atividades operacionais:			
Depreciações e amortizações	10	88.318	20.663
Variações monetárias e juros - líquido		(12.415)	(24.375)
Provisão para contingências	15	8.159	3.723
Apropriação de receita diferida		1.513	(554)
Apropriação de seguros		1.564	1.238
Baixa de custo de transação de empréstimo	14	62	123
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	5	223	315
Perdas estimadas em estoques		512	(2)
Valor residual de ativo imobilizado baixado	10	1.346	-
(Aumento) redução nos ativos e passivos operacionais:			
Contas a receber de clientes e outros créditos		(4.071)	1.400
Estoques		2.436	(376)
Depósitos judiciais		(6.307)	(6.087)
Impostos a recuperar		4.103	(3.526)
Outras contas a receber		(675)	188
Despesas antecipadas		(3.062)	(1.174)
Partes relacionadas		24.262	52.372
Fornecedores		1.457	(1.021)
Adiantamento de clientes		430	534
Outras contas a pagar		(2.761)	(2.035)
Partes relacionadas a pagar		7.116	19.657
Impostos e contribuições a recolher		2.087	1.251
Juros pagos	14	(3.722)	(4.963)
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais		25.332	44.793
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Aquisição de imobilizado	10	(39.170)	(37.848)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		(39.170)	(37.848)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Captação de AFAC com a controladora		21.296	22.311
Amortização de financiamentos com o BNDES	14	(17.574)	(17.348)
Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento		3.722	4.963
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(10.116)	11.908
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		16.005	4.097
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício		5.889	16.005
AUMENTO (REDUÇÃO) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		(10.116)	11.908

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL - FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.
 DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO
 PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017
 (Em milhares de reais - R\$ mil)

	Nota explicativa	31/12/2017	31/12/2016
Receitas		148.108	127.193
Vendas de serviços	18	146.033	125.139
Outras receitas		2.298	2.369
Perdas estimadas com créditos de liquidação duvidosa	19	(223)	(315)
Insumos adquiridos de terceiros (Inclui os valores dos impostos - ICMS, IPI, PIS e COFINS)		(71.088)	(59.666)
Custos dos produtos, das mercadorias e dos serviços vendidos		(28.823)	(30.063)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros		(21.678)	(19.918)
Outras - materiais de consumo Adm/Coml e outros		(20.587)	(9.685)
Valor adicionado bruto		77.020	67.527
Depreciação, amortização e exaustão	10	(88.318)	(20.663)
Valor adicionado líquido produzido pela Companhia		-11.298	46.864
Valor adicionado recebido em transferência		18.930	31.161
Receitas financeiras	20	18.930	31.161
Valor adicionado total a distribuir		7.632	78.025
Distribuição do valor adicionado		7.632	78.025
Pessoal		45.441	38.022
Remuneração direta		30.171	25.248
Benefícios		12.414	11.011
FGTS		2.856	1.763
Impostos, taxas e contribuições		29.746	25.589
Federais		16.039	13.592
Estaduais		10.973	10.138
Municipais		2.734	1.859
Remuneração de capitais de terceiros		17.688	26.972
Juros		13.038	22.576
Aluguéis		2.734	2.422
Outras		1.916	1.974
Remuneração de capitais próprios		(85.243)	(12.558)
Prejuízo do exercício		(85.243)	(12.558)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

FTL – FERROVIA TRANSNORDESTINA LOGÍSTICA S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2017

(Em milhares de reais - R\$, exceto quando especificado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Ferrovia Transnordestina Logística S.A. ("FTL" ou "Companhia") é uma sociedade anônima de capital aberto, constituída em 29 de outubro de 2012, com o objetivo de explorar, por concessão onerosa, o serviço público de transporte ferroviário de carga nas faixas de domínio da Malha Nordeste.

A malha ferroviária da FTL tem sua origem na privatização da Malha Nordeste em 31 de dezembro de 1997, pela Companhia Ferroviária do Nordeste S.A – CFN (anterior razão social da Transnordestina Logística S.A. - TLSA), que incorporou os ativos existentes e o direito de concessão da malha ferroviária da antiga Rede Ferroviária Federal – RFFSA até 2027. Essa concessão previa os trechos ferroviários São Luiz - Mucuri, Arrojado - Cabedelo e Macau – Recife (Malha I). Posteriormente a TLSA empreendeu esforços e investimentos na construção da nova ferrovia denominada Transnordestina, compreendendo os trechos ferroviários Missão Velha - Salgueiro, Salgueiro - Trindade, Trindade - Eliseu Martins, Salgueiro - Porto de Suape e Missão Velha - Porto de Pecém (Malha II).

Em 20 de setembro de 2013 foi autorizada pela ANTT (Agência Nacional de Transportes Terrestres) no âmbito do acordo de Investimentos, pela Companhia Siderúrgica Nacional – CSN (controladora da FTL), Valec Engenharia, Construções e Ferrovias S.A. e o Fundo de Desenvolvimento do Nordeste - FDNE, a Cisão da concessão para exploração e desenvolvimento do serviço público de transporte ferroviário de carga da Malha Nordeste, composta pela Malha I e Malha II, e a Cisão Parcial da TLSA, através das resoluções nº 4.041/2013 e nº 4.042/2013 e da deliberação nº 37/2013.

A cisão fez parte de uma proposta de segregação de ativos e passivos da Malha I e Malha II, sendo aprovada pelos acionistas da Cindida no dia 27 de dezembro de 2013. A FTL incorporou os ativos e passivos da Malha I.

Contrato de concessão

As concessionárias ferroviárias são oriundas, em sua maioria, do processo de desestatização da extinta Rede Ferroviária Federal S.A. - RFFSA. O modelo adotado no processo de desestatização da RFFSA promoveu a celebração de dois tipos de contratos com o poder concedente.

Um dos contratos trata da concessão dos serviços de transportes ferroviários de cargas e passageiros onde são estabelecidas as cláusulas para operação e os valores de outorga que devem ser pagos ao poder concedente pela concessionária. O segundo contrato é de arrendamento dos bens pré-existentes e operados pela RFFSA, e trata da vinculação destes na prestação dos serviços ferroviários de transporte. Embora existam dois contratos com formas jurídicas distintas, a essência econômica de ambos é uma só, ou seja, a obtenção do direito de exploração do serviço público de transporte ferroviário de cargas e passageiros, assim devem ser tratados como sendo um só.

O contrato de concessão é um contrato a executar onde o pagamento da concessão é realizado em parcelas fixas pré-definidas ao longo do contrato, assim como suas obrigações, não existindo a penalidade contratual para a descontinuidade provocada pelo concessionário, não sendo requerido, desta forma o registro do valor a pagar até final da concessão.

Atualmente a FTL possui malha ferroviária operacional que conecta os estados do Maranhão, Piauí e Ceará ao longo de 1.191 quilômetros. Os demais trechos ferroviários, que compõem a Concessão nos Estados do Rio Grande do Norte, Paraíba, Pernambuco e Alagoas, e estão com tráfego suspenso, se encontram em processo de negociação para sua devolução junto a ANTT e DNIT.

Existe um procedimento administrativo perante a Agência Nacional de Transportes ("ANTT") que avalia o regular cumprimento das obrigações do Contrato de Concessão pela Companhia. Em função de uma avaliação unilateral, a ANTT informou que a Companhia teria descumprido o Termo de Ajuste de Conduta (TAC) assinado em 2013 especificamente em relação ao descumprimento da meta de produção de 2013. A ANTT decidiu instaurar um processo administrativo para apurar as responsabilidades e, caso comprovada a irregularidade, poderá aplicar as penalidades cabíveis, dentre elas, a caducidade. A Companhia apresentou recurso contra esta decisão, estando o procedimento na fase de instrução e não há, até o momento, nenhuma decisão definitiva sobre o mérito.

Continuidade operacional

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia apresenta um capital circulante líquido negativo no montante de R\$ 56.824 (R\$ 36.607 em 31 de dezembro de 2016) e prejuízo de R\$ 85.243 (R\$ 12.558 em 31 de dezembro de 2016). Os ingressos de recursos na Companhia nos próximos meses, além dos decorrentes de suas atividades operacionais, serão oriundos do recebimento de créditos com partes relacionadas (ver nota explicativa nº 9 – Partes relacionadas).

Adicionalmente, a Administração vem efetuando monitoramento permanente e adotando medidas que possam impactar positivamente nas operações da Companhia.

2. BASE DE PREPARAÇÃO

a) Declaração de conformidade

As presentes demonstrações financeiras incluem as demonstrações financeiras preparadas conforme as Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), normas expedidas pela Comissão de Valores Mobiliários – CVM, e também de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A Administração declara que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na sua gestão.

A autorização para conclusão dessas demonstrações financeiras foi dada pela Administração da Companhia em 29 de março de 2018.

b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, exceto quando de outra forma indicado.

c) Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d) Uso de Estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as normas IFRS e as normas CPC exigem que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir, significativamente, dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que as estimativas são revisadas e em quaisquer exercícios futuros afetados.

As informações sobre estimativas e julgamentos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas informações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota 5 - Contabilização de perda estimada com contas a receber;
- Nota 10 - Valor residual do ativo imobilizado, análise de recuperabilidade e mudança de vida útil; e
- Nota 15 - Contabilização da provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis.

3. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a) Moeda estrangeira

i. Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da entidade pelas taxas de câmbio nas datas das transações. Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

O ganho ou a perda cambial em itens monetários é a diferença entre o custo amortizado da moeda funcional no começo do exercício, ajustado por juros e pagamentos efetivos durante o exercício, e o custo amortizado em moeda estrangeira à taxa de câmbio no final do exercício de apresentação. Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras que são mensurados pelo valor justo, quando existentes, são convertidos para a moeda funcional à taxa de câmbio na data em que o valor justo foi apurado.

b) Instrumentos financeiros

i. Ativos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e

benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros é reconhecida como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia classifica os ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado, investimentos mantidos até o vencimento, empréstimos e recebíveis e ativos financeiros disponíveis para venda.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Companhia. Os custos da transação são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, os quais levam em consideração qualquer ganho com dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros designados como pelo valor justo através do resultado compreendem instrumentos patrimoniais que de outra forma seriam classificados como disponíveis para venda.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Caso a Companhia tenha intenção e capacidade de manter títulos de dívida até o vencimento, então tais ativos financeiros são classificados como mantidos até o vencimento. Os investimentos mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os investimentos mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Os empréstimos e recebíveis abrangem caixa e equivalentes de caixa e contas a receber de clientes e outros créditos.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a

partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

Ativos financeiros disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Ativos financeiros disponíveis para venda são registrados inicialmente pelo seu valor justo acrescido de qualquer custo de transação diretamente atribuível. Após o reconhecimento inicial, eles são medidos pelo valor justo e as mudanças, que não sejam perdas por redução ao valor recuperável e diferenças de moedas estrangeiras sobre instrumentos de dívida disponíveis para venda, são reconhecidas em outros resultados abrangentes e apresentadas dentro do patrimônio líquido. Quando um investimento é baixado, o resultado acumulado em outros resultados abrangentes é transferido para o resultado.

Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece títulos de dívida emitidos e passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros (incluindo passivos designados pelo valor justo registrado no resultado) são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual o grupo se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou vencidas.

A Companhia classifica os passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros. Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos.

A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: empréstimos e financiamentos, limite de cheque especial bancário, fornecedores, adiantamento de clientes e outras contas a pagar.

Limites de cheques especiais que tenham de ser pagos à vista e que façam parte integrante da gestão de caixa da Companhia são incluídos como um componente dos equivalentes de caixa.

ii. Capital social

Ações ordinárias

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Custos adicionais diretamente atribuíveis à emissão de ações e opções de ações são reconhecidos como dedução do patrimônio líquido, líquido de quaisquer efeitos tributários.

Os dividendos mínimos obrigatórios conforme definido em estatuto, quando existentes, são reconhecidos como passivo.

c) Ativo imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável ("impairment") acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- o custo de materiais e mão de obra direta;
- quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e na condição necessários para que estes sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração;
- os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O custo de um ativo imobilizado pode incluir reclassificações de outros resultados abrangentes de instrumentos de proteção de fluxos de caixa qualificáveis de compra de ativo fixo em moeda estrangeira. O software comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado) são reconhecidos em outras receitas/despesas operacionais no resultado.

ii. Gastos subsequentes

Gastos subsequentes são capitalizados na medida em que seja provável que benefícios futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Gastos de manutenção e reparos recorrentes são registrados no resultado.

iii. Depreciação

Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente. Ativos arrendados são depreciados pelo menor período entre a vida útil estimada do bem e o prazo do contrato, a não ser que seja certo que a Companhia obterá a propriedade do bem ao final do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

Itens do ativo imobilizado são depreciados a partir da data em que são instalados e estão disponíveis para uso, ou em caso de ativos construídos internamente, do dia em que a construção é finalizada e o ativo está disponível para utilização.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada exercício e eventuais ajustes são reconhecidos prospectivamente como mudança de estimativas contábeis.

d) Ativos arrendados

Os arrendamentos em cujos termos a Companhia assume os riscos e benefícios inerentes à propriedade são classificados como arrendamentos financeiros. No reconhecimento inicial, o ativo arrendado é medido pelo valor igual ao menor valor entre o seu valor justo e o valor presente dos pagamentos mínimos do arrendamento mercantil. Após o reconhecimento inicial, o ativo é registrado de acordo com a política contábil aplicável ao ativo.

Os outros arrendamentos mercantis são arrendamentos operacionais e não são

reconhecidos no balanço patrimonial da Companhia.

Estoque

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no princípio do custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos em trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados, o custo inclui uma parcela dos custos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

e) Redução ao valor recuperável ("Impairment")

Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Companhia sobre condições de que a Companhia não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto à perda de valor específico. Todos os recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento individualmente significativos identificados como não tendo sofrido perda de valor individualmente são então avaliados coletivamente quanto a qualquer perda de valor que tenha ocorrido, mas não tenha sido ainda identificada. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto à perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva, a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma redução do valor recuperável em relação a um ativo financeiro mensurado pelo custo amortizado é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa estimados descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão contra recebíveis ou ativos mantidos até o vencimento. Os juros sobre o

ativo que perdeu valor continuam sendo reconhecidos. Quando um evento subsequente indica reversão da perda de valor, a diminuição na perda de valor é revertida e registrada no resultado.

Ativos tangíveis e intangíveis

No fim de cada exercício, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos tangíveis e intangíveis para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos corporativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso. Na avaliação do valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados ao valor presente pela taxa de desconto, antes dos impostos, que reflita uma avaliação atual de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo ao qual a estimativa de fluxos de caixa futuros não foi ajustada.

Se o montante recuperável de um ativo (ou unidade geradora de caixa) calculado for menor que seu valor contábil, o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa) é reduzido ao seu valor recuperável. A perda por redução ao valor recuperável é reconhecida imediatamente no resultado.

f) Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g) Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos financeiros incorridos são registrados no resultado.

h) Receita operacional

Serviços

A receita de serviços prestados é reconhecida no resultado com base no estágio de conclusão do serviço na data de apresentação das demonstrações financeiras e inclui transporte ferroviário, direito de passagem e gestão patrimonial. O estágio de

conclusão é avaliado por referência a pesquisas de trabalhos realizados.

i) Arrendamentos

i. Pagamentos de arrendamentos

Os pagamentos efetuados sob arrendamentos operacionais são reconhecidos no resultado pelo método linear pelo prazo do arrendamento. Os incentivos de arrendamentos recebidos são reconhecidos como uma parte integrante das despesas totais de arrendamento, pelo prazo de vigência do arrendamento.

Os pagamentos mínimos de arrendamento efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesas financeiras e redução do passivo em aberto. As despesas financeiras são alocadas a cada período durante o prazo do arrendamento visando a produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo.

ii. Determinando se um contrato contém um arrendamento

No começo de um contrato o grupo define se o contrato é ou contém um arrendamento. Isso é o caso se as duas condições abaixo são atendidas:

- a. Cumprimento do contrato é dependente do uso daquele ativo especificado; e
- b. O contrato contém direito de utilização do ativo.

A Companhia separa, no começo do contrato ou no momento de uma eventual reavaliação do contrato, pagamentos e outras contraprestações exigidas por tal contrato entre aqueles para o arrendamento e aqueles para outros componentes baseando-se em seus valores justos relativos. Caso o grupo conclua que para um arrendamento financeiro seja impraticável a separação dos pagamentos de uma forma confiável, um ativo e um passivo são reconhecidos por um valor igual ao valor justo do ativo subjacente. Posteriormente, os pagamentos mínimos de arrendamentos efetuados sob arrendamentos financeiros são alocados entre despesa financeira (baseado na taxa de juros incremental da Companhia) e redução do passivo em aberto.

j) Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem receitas de juros sobre aplicações financeiras. A receita de juros é reconhecida no resultado, através do método dos juros efetivos.

As despesas financeiras abrangem despesas com juros sobre empréstimos e financiamentos e juros sobre debêntures, quando aplicável. Custos de empréstimos e financiamentos que não são diretamente atribuíveis a aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável são mensurados no resultado através do método de juros efetivos.

k) Imposto de renda e contribuição social

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social, limitada a 30% do lucro real.

A despesa com imposto de renda e contribuição social compreende os impostos de renda correntes e diferidos. O imposto corrente e o imposto diferido são reconhecidos no resultado a menos que estejam relacionados à combinação de negócios, ou itens diretamente reconhecidos no patrimônio líquido ou em outros resultados abrangentes.

O imposto corrente é o imposto a pagar ou a receber esperado sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício, a taxas de impostos decretadas ou substantivamente decretadas na data de apresentação das demonstrações financeiras e qualquer ajuste aos impostos a pagar em relação aos exercícios anteriores.

l) Demonstração de valor adicionado

A Companhia elaborou demonstrações do valor adicionado (DVA) nos termos do pronunciamento técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado, as quais são apresentadas como parte integrante das demonstrações financeiras conforme BR GAAP aplicável às companhias abertas, enquanto para IFRS representam informação financeira adicional.

m) Adoção das Normas Internacionais de Relatório Financeiro (IFRS) novas e revisadas

Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas e ainda não adotadas

As seguintes normas, emendas a normas e interpretações do IFRS emitidas pelo IASB ainda não entraram em vigor e não tiveram sua adoção antecipada pela Companhia para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2017:

Norma	Descrição	Vigência
IFRS 9	Instrumentos Financeiros - o IFRS 9 mantém, mas simplifica, o modelo de mensuração combinada e estabelece duas principais categorias de mensuração para ativos financeiros: custo amortizado e valor justo. A base de classificação depende do modelo de negócios da entidade e das características do fluxo de caixa contratual do ativo financeiro. Para passivos financeiros a norma retém a maior parte dos requerimentos da IAS 39. A principal alteração refere-se aos casos onde o valor justo dos passivos financeiros calculado deve ser segregado de forma que a parte relativa ao valor justo relativa ao risco de crédito da própria entidade seja reconhecida em "Outros resultados abrangentes" e não no resultado do exercício. A orientação da IAS 39 sobre redução do valor recuperável de ativos financeiros e contabilidade de hedge continua aplicável.	2018
IFRS15	Receita de Contratos com Clientes - essa nova norma traz os princípios que uma entidade aplicará para determinar a mensuração da receita e quando ela deverá ser reconhecida. A norma substitui a IAS 11 – Contratos de Construção, IAS 18 - Receitas e correspondentes interpretações.	2018
IFRS16	Operações de Arrendamento Mercantil - a nova norma substitui a IAS 17 – Operações de Arrendamento Mercantil e correspondentes interpretações e determina que os arrendatários passam a ter que reconhecer o passivo dos pagamentos futuros e o direito de uso do ativo arrendado para praticamente todos os contratos de arrendamento mercantil, incluindo os operacionais, podendo ficar fora do escopo dessa nova norma determinados contratos de curto prazo ou de pequenos montantes. Os critérios de reconhecimento e mensuração dos arrendamentos nas demonstrações financeiras dos arrendadores ficam substancialmente mantidos. Essa norma entre em vigor a partir de 1º de janeiro de 2019.	2019

- IFRS 9/CPC 48 Instrumentos Financeiros

Classificação e mensuração dos ativos financeiros: A Administração avaliou a classificação e mensuração dos ativos financeiros oferecidas pelo novo pronunciamento com base em seu diagnóstico, modelo de negócio, expectativas de

fluxo de caixa da Companhia e observando o modelo de gerenciamento dos ativos financeiros, concluindo que não há impactos materiais decorrentes da aplicação da nova norma

- IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes

A Administração da Companhia avaliou todas as etapas da nova norma para o reconhecimento da receita de contratos com clientes. Com base nesta análise, a Companhia não identificou impactos materiais de mensuração na aplicação desta norma.

Os impactos observados estão relacionados a revisão de procedimentos internos, com o objetivo de garantir que os novos contratos com clientes sejam adequadamente avaliados e contabilizados seguindo os princípios da nova norma.

- IFRS 16 Arrendamento mercantil

Em relação ao arrendamento mercantil, a Companhia avaliará os efeitos da aplicação da nova norma durante o ano de 2018, nos seus principais contratos, podendo haver impactos materiais decorrentes da aplicação da nova norma. A Companhia está mensurando os impactos e entende que essa nova norma trará efeitos relevantes na situação patrimonial com o possível reconhecimento do passivo de arrendamento e do direito de uso dos ativos arrendados junto ao Poder Concedente.

Não há outras normas, alterações de normas e interpretações que não estão em vigor que a Companhia espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras.

n) IFRIC 12 - "Service Concessions Agreements" (Contratos de Serviço de Concessão)

Conforme a interpretação do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, ICPC 01 (R1) – Contratos de Concessão, sobre a IFRIC 12 – "Service Concessions Agreements", para que um contrato de concessão seja aderente a IFRIC 12 é necessário o atendimento de todos os seguintes critérios: (i) regulamentação e controle da concessionária pela concedente; (ii) determinação de preço; e (iii) determinação dos clientes aos quais serão destinados os serviços. O contrato de concessão da Companhia não especifica a quem serão destinados os serviços e os limites máximos das tarifas de referência homologadas pela concedente são superiores aos preços praticados pela Companhia, o que proporciona uma margem significativa para negociações comerciais.

Com base no confronto realizado entre os critérios para enquadramento na IFRIC 12 – "Service Concessions Agreements" e o Contrato de Concessão para Exploração e Desenvolvimento do Serviço Público de Transporte Ferroviário na Malha Nordeste, a Administração da Companhia entende que a adoção da IFRIC 12 não é aplicável.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Caixa e bancos	441	379
Aplicações financeiras	<u>5.448</u>	<u>15.626</u>
Total	<u>5.889</u>	<u>16.005</u>

O saldo de aplicações financeiras está mantido em Certificados de Depósitos Bancários – CDB, remunerados por uma taxa média de 98,3% do CDI.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES E OUTROS CRÉDITOS

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Circulante</u>		
Cientes	11.271	8.550
Perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	(3.470)	(3.247)
	<u>7.801</u>	<u>5.303</u>
<u>Não circulante</u>		
TEQUIMAR (a)	1.350	-
Crédito com a RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A. (b)	2.338	2.338
	<u>3.688</u>	<u>2.338</u>
Total	<u>11.489</u>	<u>7.641</u>

- (a) Valor correspondente às parcelas anuais do período de 2018 a 2027, a serem corrigidas pela variação do IGP-M, conforme o contrato de permissão de uso para construção, instalação e manutenção de desvio ferroviário e de plataformas de carregamento pelo Terminal Químico de Aratu – TEQUIMAR.
- (b) Conforme contrato de concessão, as despesas assumidas pela Companhia, que eram de responsabilidade da RFFSA - Rede Ferroviária S.A, serão descontadas do valor final do arrendamento. Em função do exposto a Administração julgou, face a sua materialidade e natureza, não ser necessário a constituição de provisão para redução do valor recuperável sobre os respectivos valores.

<u>Composição da carteira por idade de vencimento</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
A vencer	10.506	5.651
<u>Vencidos:</u>		
De 1 a 30 dias	214	452
De 31 a 60 dias	191	-
De 61 a 360 dias	-	-
Acima de 360 dias	4.048	4.785
Total vencidos	<u>4.453</u>	<u>5.237</u>
Total	<u>14.959</u>	<u>10.888</u>
<u>Movimentação da perda estimada no exercício</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Saldo inicial	(3.247)	(2.932)
(+) Adições no exercício	(517)	(384)
(-) Reversões no exercício	294	69
(=) Saldo final	<u>(3.470)</u>	<u>(3.247)</u>

A Companhia constitui a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa com base na análise individualizada da carteira de clientes considerando os títulos vencidos acima de 31 dias (variando de 50% a 100% do valor do título), perdas históricas e análise de rentabilidade futura e entende que o montante constituído é suficiente para cobrir eventuais perdas de inadimplência no exercício.

6. ESTOQUES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Almoxarifado	6.695	9.132
Perdas estimadas em estoques	(517)	(5)
Total	<u>6.179</u>	<u>9.127</u>

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
ICMS sobre ativo imobilizado	7.870	8.318
ICMS a recuperar	6.804	9.164
Imposto de renda retido na fonte	5.818	7.625
IRPJ a compensar	408	-
CSLL a compensar	10	-
Outros	134	40
Total	<u>21.044</u>	<u>25.147</u>
Circulante	8.870	10.622
Não circulante	12.174	14.525

ICMS a recuperar sobre ativo imobilizado

Em virtude do elevado volume de aquisição de ativo imobilizado, decorrente de obras de revitalização da malha ferroviária em operação, a Companhia vem gerando créditos de ICMS cuja realização está sendo efetuada à razão de 1/48 por mês, conforme preceitua a legislação vigente.

A Administração da Companhia entende que os créditos registrados e acumulados serão realizáveis no decorrer dos próximos exercícios, para compensar débitos apurados sobre as receitas operacionais.

ICMS a recuperar

Montante composto dos valores de ICMS normal e ICMS diferencial de alíquota, de aquisições de combustíveis dos Estados do Ceará, Maranhão e Piauí.

Imposto de renda retido na fonte

Montante composto principalmente por valores retidos sobre aplicações financeiras de curto prazo já resgatadas e sobre juros ativos recebidos referentes a contratos de mútuo com sociedades coligadas.

8. DESPESAS ANTECIPADAS

As despesas antecipadas estão registradas no ativo circulante, pelo regime de competência e em conformidade com as cláusulas dos contratos de seguros, serviços, entre outros, sendo apropriada mensalmente ao resultado, proporcionalmente à vigência contratada.

Tratam-se de despesas com seguros de Riscos Operacionais, Responsabilidade Civil e veículos, referente às atividades operacionais da Companhia.

9. PARTES RELACIONADAS

Os saldos de ativos e passivos relativos a operações com partes relacionadas, decorrem de transações da Companhia com sua controladora, empresas ligadas e profissionais-chave da Administração.

a) Saldos com partes relacionadas

A Companhia realizou as seguintes transações com partes relacionadas, cujos saldos em 31 de dezembro de 2017 e de 2016 estão listados a seguir:

	Transnordestina Logística S.A.	Companhia Siderúrgica Nacional	31/12/2017	31/12/2016
Ativo				
Contrato de mútuo (a)	110.604	-	110.604	104.245
Cessão de créditos (b)	-	49.058	49.058	67.744
Total ativo	<u>110.604</u>	<u>49.058</u>	<u>159.662</u>	<u>171.989</u>
Passivo				
Adiantamento para futuro aumento de capital (c)	-	26.777	26.777	5.481
Serviços compartilhados (d)	2.445	-	2.445	642
Outras contas a pagar (e)	697	-	697	73
Total passivo	<u>3.142</u>	<u>26.777</u>	<u>29.919</u>	<u>6.196</u>
Resultado				
Receitas financeiras	11.048	5.576	16.624	30.234
Receitas com cessão predial e material rodante	735	-	735	5.039
Despesas com serviços compartilhados	(7.916)	-	(7.916)	(8.505)
Total resultado	<u>3.867</u>	<u>5.576</u>	<u>9.443</u>	<u>15.963</u>

- (a) Contrato de mútuo - Os contratos de mútuo junto à Transnordestina Logística S.A., possuem prazo médio de dois anos, com incidência de juros de aproximadamente 112% do CDI e IOF.
- (b) Cessão de créditos - Cessão onerosa de créditos de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL para a acionista CSN - Companhia Siderúrgica Nacional.

Em 29 de novembro de 2013 foi assinado junto à Companhia Siderúrgica Nacional (CSN) um instrumento de cessão de crédito de prejuízos fiscais e base de cálculo negativa de CSLL, com aditivo instrumental assinado em 29 de dezembro de 2015, resultando na transferência de (i) o prejuízo fiscal, no valor de R\$ 518.721 e (ii) a base de cálculo negativa de CSLL, no valor de R\$ 512.622, sobre os quais serão aplicados, respectivamente, as alíquotas de 25% (vinte e cinco por cento) e 9% (nove por cento), resultando no valor de R\$ 175.816, como crédito passível de utilização no Programa de Parcelamento, nos termos da Lei nº 12.865, de 9 de outubro de 2013 e alterações posteriores e regulamentação editada pela Receita Federal do Brasil (RFB) e Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN).

A CSN aderiu em 29 de novembro de 2013 ao Programa de Parcelamento relativo a débitos de Imposto de Renda das Pessoas Jurídicas e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido. O programa de Parcelamento permite que os valores correspondentes a multa, de mora ou de ofício ou isoladas, a juros moratórios e até trinta por cento do valor do principal do tributo, sejam liquidados com a utilização de créditos de prejuízo fiscal e de base de cálculo negativa da CSLL próprios e de sociedades controladoras e controladas em 31 de dezembro de 2011. Desta forma, a Companhia, na qualidade de empresa controlada, permitiu, nos termos do § 2º do art. 243 da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, que a CSN utilize seu prejuízo fiscal e/ou base de cálculo negativa de CSLL para quitação de débitos devidos no âmbito do Programa de Parcelamento, nos termos do instrumento firmado entre as partes.

Em decorrência da transação de cessão mencionada, a CSN pagará à Companhia o montante de R\$ 175.816, devidamente corrigido pela variação da taxa Selic. No exercício findo em 31 de dezembro de 2017 houve liquidação no montante de R\$ 24.262 e a atualização monetária acumulada no exercício foi de R\$ 5.576.

- (c) Adiantamento para futuro aumento de capital - AFAC efetuado pela CSN. A integralização de capital será realizada no primeiro semestre de 2018.
- (d) Serviços compartilhados - Pela utilização comum da estrutura administrativa pelas companhias FTL e TLSA, foi firmado um contrato de compartilhamento de despesas, que regula a metodologia de apuração e divisão dos gastos entre elas.
- (e) Outras contas a pagar - Referente a saldos a pagar por compras e reembolso de despesas.

b) Honorários da diretoria

O pessoal-chave da Administração, que tem autoridade e responsabilidade pelo planejamento, direção e controle das atividades da Companhia inclui os membros do Conselho de Administração, os diretores estatutários e demais diretores.

A Companhia apresenta no quadro a seguir, informações sobre a remuneração acumulada no exercício findo em 31 de dezembro de 2017:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Benefícios de curto prazo para administradores	2.069	1.438

10. IMOBILIZADO E INTANGÍVEL

	Taxa anual de Depreciação/amortização (% a.a.)	Custo	31/12/2017 Depreciação/amortização	Líquido	31/12/2016 Líquido
Máquinas e equipamentos	10	23.097	(12.961)	10.136	10.423
Vagões e veículos	20	8.139	(1.938)	6.201	6.378
Benfeitoria em propriedade arrendada (a)	-	617.227	(235.320)	381.907	404.875
Trilhos	4	21.577	(7.127)	14.450	14.715
Dormentes	19,39	113.282	(69.737)	43.545	44.038
Equipamentos de comunicação	20	3.040	(1.606)	1.434	1.407
Lastro	3,33	15.487	(5.073)	10.414	10.604
Outras imobilizações	15	14.436	(1.603)	12.833	12.479
Total imobilizado em operação		816.285	(335.365)	480.920	504.919
Imobilização em andamento (b)	-	24.154	-	28.154	54.368
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	-	(279.296)	-	(279.296)	(279.296)
Total imobilizado		561.143	(335.365)	229.778	279.991
Intangível	20	1.429	(681)	748	1.029

- (a) Refere-se a benfeitorias realizadas em propriedade arrendada, RFFSA - Rede Ferroviária Federal S.A., conforme mencionado na Nota Explicativa nº 1, representadas por:

	31/12/2017		31/12/2016	
	Vida útil estimada	Taxa anual de depreciação %	Vida útil estimada	Taxa anual de depreciação %
Edificações	25 anos	4	25 anos	4
Via permanente	35 anos	2,86	60 anos	1,66
Veículos	5 anos	20	10 anos	10
Locomotivas	25 anos	4	25 anos	4
Vagões	30 anos	3,33	30 anos	3,33
Instalações	10 anos	10	10 anos	10
Acessórios metálicos	35 anos	2,86	20 anos	5

- (b) Refere-se a gastos incorridos na revitalização de trechos e bens utilizados para transporte de cargas na malha ferroviária atualmente em operação, representando um prolongamento da vida útil dos referidos ativos.

Revisão da vida útil

A partir de 1º de janeiro de 2017 entrou em vigor a Resolução nº 4540 da Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT, que regulamenta as taxas de depreciação e de amortização anuais para os ativos das concessionárias detentoras do direito de exploração de infraestrutura ferroviária.

Em janeiro de 2017 a Companhia elaborou laudo técnico de revisão da vida útil para seus principais ativos, o que confirmou a aplicabilidade e aderência da resolução ANTT 4540, passando a serem adotadas a partir de então, as vidas úteis que resultaram da avaliação técnica da Companhia. A partir de janeiro de 2017 a vida útil de alguns ativos e componentes foram alteradas conforme tabela abaixo:

	2017		2016	
Grupos de ativos:	%	Anos	%	Anos
Benfeitoria em vagões	20,00	5	3,33	30
Benfeitoria em locomotivas	12,50	8	5,00	20
Benfeitoria em Superestrutura	8,33	12	1,67	60
Benfeitoria em Infraestrutura	6,25	16	4,00	25
Superestrutura	2,86	35	6,67	15
Infraestrutura	2,86	35	4,00	25

Em função da mudança de estimativa de vida útil dos ativos listados acima, houve incremento na despesa com depreciação reconhecida no exercício findo em 31 de

dezembro de 2017, no valor aproximado de R\$ 68 milhões.

Movimentação do exercício

	Saldo em 31/12/2016	Transferência	Adições	Baixa	Depreciação do exercício	Saldo em 31/12/2017
<u>Imobilização em operação, líquido</u>						
Máquinas e equipamentos	10.423	1.445	264	(1.346)	(650)	10.136
Vagões e veículos	6.378	-	-	-	(177)	6.201
Benfeitoria em propriedade arrendada	404.875	45.621	17.509	-	(86.098)	381.907
Trilhos	14.715	-	-	-	(265)	14.450
Dormentes	44.038	-	-	-	(493)	43.545
Equipamentos de telecomunicação	1.407	100	-	-	(73)	1.434
Lastro	10.604	-	-	-	(190)	10.414
Outras imobilizações	12.479	436	5	-	(87)	12.833
Total imobilizado em operação	504.919	47.602	17.778	(1.346)	(88.033)	480.920
Imobilização em andamento	54.368	(47.606)	21.392	-	-	28.154
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(279.296)	-	-	-	-	(279.296)
Total Imobilizado	279.991	(4)	39.170	(1.346)	(88.033)	229.778
Intangível	1.029	4	-	-	(285)	748

	Saldo em 31/12/2015	Transferências	Adições	Depreciação	Saldo em 31/12/2016
<u>Imobilização em operação, líquido</u>					
Máquinas e equipamentos	11.736	281	-	(1.594)	10.423
Vagões e veículos	6.868	-	-	(490)	6.378
Benfeitorias em propriedade arrendada	412.698	4.829	-	(12.652)	404.875
Trilhos	15.181	-	-	(466)	14.715
Dormentes	48.601	-	-	(4.563)	44.038
Equipamentos de telecomunicação	1.672	8	-	(273)	1.407
Lastro	10.936	-	-	(332)	10.604
Outras imobilizações	12.508	68	-	(97)	12.479
Total imobilizado em operação	520.200	5.186	-	(20.467)	504.919
Imobilização em andamento	22.146	(5.626)	37.848	-	54.368
Perdas estimadas para redução ao valor recuperável	(279.296)	-	-	-	(279.296)
Total imobilizado	263.050	(440)	37.848	(20.467)	279.991
Intangível	785	440	-	(196)	1.029

Valor recuperável dos ativos

A cisão parcial da Transnordestina Logística S.A. ocorrida em 27 de dezembro de 2013, com laudo de avaliação de data-base 30 de novembro de 2013, resultou na celebração do termo aditivo ao contrato de concessão da malha nordeste, prevendo a existência da Malha I (em operação, a qual foi incorporada pela Companhia) e da Malha II (remanescente na Companhia). Em razão disto, em 31 de outubro de 2013 a Companhia procedeu à avaliação do desempenho futuro dos seus ativos operacionais relacionados à Malha I (em operação). A análise resultou no reconhecimento de uma perda estimada por redução ao valor recuperável de R\$279.296, reconhecida no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2013. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso.

A Companhia efetuou nova análise do valor recuperável de seus ativos (Impairment) na data base de 31 de dezembro de 2017, conforme exigido pelo CPC 01 e não identificou necessidade de reconhecer uma reversão ou perda estimada adicional ao valor já reconhecido. O valor recuperável desses ativos foi determinado com base no valor em uso. O valor em uso foi determinado com base nos fluxos de caixa futuros derivados do uso contínuo dos ativos relacionados, utilizando-se uma taxa de desconto para trazer esses fluxos de caixa a valor presente.

A taxa de desconto utilizada reflete as avaliações atuais de mercado do valor da moeda no tempo e os riscos específicos do ativo. Essa taxa representa o retorno que os investidores exigiriam se eles houvessem de escolher um investimento que gerasse fluxos de caixa de valores, tempo e perfil de risco equivalentes àqueles que a entidade espera extrair do ativo.

A Companhia utilizou uma taxa média ponderada de capital (WACC) para descontar os fluxos de caixa operacionais e mensurar o valor presente líquido dos ativos. Essa taxa foi calculada de acordo com o custo e a participação do capital próprio e do capital de terceiros na estrutura da Companhia, determinados conforme descrito abaixo:

- Custo do capital próprio: foi utilizada a metodologia CAPM (“Capital Asset Pricing Model”) que consiste em determinar a taxa de rentabilidade exigida pelos investidores como compensação pelo risco de mercado ao qual estão expostos. A Companhia utilizou dados atuais para determinação dos parâmetros do CAPM, dentre os quais a alíquota de IR/CSLL e o beta alavancado flutuam anualmente de acordo com as projeções e os demais parâmetros permanecem fixos;
- Custo do capital de terceiros: foi determinado de acordo com a média ponderada dos custos dos instrumentos de dívida já contratados e projetados durante o período da concessão; e
- Estrutura de capital: a participação do capital de terceiros na estrutura da Companhia foi calculada através da relação entre o saldo das dívidas a cada ano e o total de capital. Já a participação do capital próprio foi determinada através da diferença entre o VPL dos fluxos de caixa operacionais e o saldo das dívidas a cada ano, ou seja, o valor de mercado para os acionistas.

A média anual da taxa de desconto, após impostos, utilizada para mensurar o valor em uso, foi de 5,70% ao ano. As projeções de fluxo de caixa contemplaram os contratos fechados para transporte ferroviário e as expectativas de novos contratos com base nos estudos de mercado realizados. As principais premissas utilizadas nos cálculos do valor em uso em 31 de dezembro de 2017, são as que seguem:

Premissas (por ano)

Receita líquida (média até 2021) - R\$	153.503
Receita líquida (média após 2021) - R\$	235.532
Taxa de desconto após impostos – WACC <i>Post-tax</i> (real)	5,70%

Nas projeções foram consideradas informações prospectivas, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e de consultoria especializada contratada e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

11. FORNECEDORES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Fornecedores de insumos e serviços	14.118	11.450
Seguros	552	993
Outros	1.547	2.317
Total	<u>16.217</u>	<u>14.760</u>

12. ADIANTAMENTO DE CLIENTES

Referem-se a recebimentos eventuais de contratantes de serviços de transporte de cargas, mediante antecipação de valores conforme negociações contratuais, sendo posteriormente compensados à medida que os serviços sejam efetivamente prestados e as respectivas receitas sejam reconhecidas no resultado da Companhia, pelo regime de competência.

13. OUTRAS CONTAS A PAGAR

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Obrigações com pessoal	3.836	6.476
Arrendamento a pagar (a)	3.949	3.875
Royalties sobre exploração de bens arrendados (b)	3.649	2.305
Parcelamento TAC (c)	3.140	5.609
Outros	988	58
Total	15.562	18.323
Circulante	12.794	13.086
Não circulante	2.768	5.237

a) Arrendamento a pagar

Ver nota explicativa nº 1 – Contrato de concessão.

b) Royalties sobre exploração de bens arrendados

Refere-se a percentual de contribuição sobre receitas líquidas das atividades autorizadas no Contrato de Concessão celebrado entre a Companhia e a União, que resultem na utilização dos bens arrendados pela Companhia para consecução de suas atividades operacionais.

Conforme previsto no parágrafo 5º da cláusula primeira do Contrato de Concessão, o percentual deverá ser estabelecido entre 3% e 10%, a ser fixado pelo poder Concedente, podendo ser variável entre as diversas atividades exercidas pela Companhia, respeitados os limites determinados no referido instrumento.

Encontra-se registrado o parcelamento realizado junto à ANTT, referente aos royalties sobre receitas alternativas obtidas em exercícios anteriores, no montante de R\$ 564, restando a pagar 18 parcelas mensais atualizadas pela taxa SELIC + 1% a.m..

c) Parcelamento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC)

Refere-se ao saldo a pagar do parcelamento do Termo de Ajuste de Conduta (TAC) realizado junto à ANTT, em 18 parcelas mensais atualizadas pela SELIC + 1% a.m..

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

Movimentação dos financiamentos no exercício:

Tipo	Vencimento	Encargos	Saldo em 31/12/2016	Atualização monetária	Custo de transação	Amortização		Saldo em 31/12/2017
						Principal	Juros	
BNDES (a)	2019 a 2020	TJLP + 1,5% a.a.	58.366	4.209	62	(17.574)	(3.722)	41.341
			<u>58.366</u>	<u>4.209</u>	<u>62</u>	<u>(17.574)</u>	<u>(3.722)</u>	<u>41.341</u>
Circulante			17.523					17.719
Não circulante			40.843					23.622
Tipo	Vencimento	Encargos	Saldo em 31/12/2015	Atualização monetária	Custo de transação	Amortização		Saldo em 31/12/2016
						Principal	Juros	
BNDES (a)	2019 a 2020	TJLP + 1,5% a.a.	74.695	5.859	123	(17.348)	(4.963)	58.366
			<u>74.695</u>	<u>5.859</u>	<u>123</u>	<u>(17.348)</u>	<u>(4.963)</u>	<u>58.366</u>
Circulante			17.206					17.523
Não circulante			57.489					40.843

(a) Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES

Financiamentos destinados à execução das obras e serviços para recuperação e modernização das instalações e equipamentos da malha ferroviária.

A atualização da TJLP - Taxa de Juros de Longo Prazo é efetuada em bases mensais e os juros são pagos trimestralmente a partir da assinatura dos contratos. Os financiamentos são amortizados mensalmente, em até 12 anos, sendo o primeiro a partir de dezembro de 2007 e o segundo a partir de dezembro de 2008, ambos garantidos por cartas de fianças bancárias, as quais são renovadas trimestralmente. Os financiamentos têm vencimento para 2019 e 2020.

Cronograma de desembolsos BNDES

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
2017	-	17.523
2018	17.719	17.472
2019	16.809	16.629
2020	6.813	6.742
Total	<u>41.341</u>	<u>58.366</u>

15. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

A Companhia é parte (polo passivo) em ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos.

A Administração, com base em informações de seus assessores jurídicos, análise das demandas judiciais pendentes e, quanto às ações trabalhistas, com base na experiência anterior referente às quantias reivindicadas, constituiu provisão em montante considerado suficiente para cobrir as prováveis perdas estimadas com as ações em curso, como se segue:

	<u>31/12/2017</u>		<u>31/12/2016</u>
	<u>Provisão</u>	<u>Depósito judicial</u>	<u>Líquido</u>
Cíveis (a)	8.374	(115)	8.259
Trabalhistas (b)	18.164	(13.015)	5.149
Tributárias (c)	1.013	(9.691)	(8.678)
Previdenciárias	1.505	-	1.505
Ativos da RFFSA (d)	774	-	774
	<u>29.830</u>	<u>(22.821)</u>	<u>7.009</u>
			<u>5.157</u>

Movimentação dos processos no exercício:

	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2016</u>	<u>Adição</u>	<u>Utilização</u>	<u>Baixa</u>	<u>Saldo em</u> <u>31/12/2017</u>
Cíveis	6.744	2.605	(177)	(798)	8.374
Trabalhistas	16.027	8.074	(3.616)	(2.321)	18.164
Tributárias	939	74	-	-	1.013
Previdenciárias	980	525	-	-	1.505
Ativos da RFFSA	774	-	-	-	774
Total	<u>25.464</u>	<u>11.278</u>	<u>(3.793)</u>	<u>(3.119)</u>	<u>29.830</u>
Circulante	22.771				26.538
Não Circulante	2.693				3.292

	Saldo em 31/12/2015	Adição	Utilização	Baixa	Saldo em 31/12/2016
Cíveis	6.918	1.216	(1.288)	(102)	6.744
Trabalhistas	14.615	5.287	(1.383)	(2.492)	16.027
Tributárias	3.042	96	(304)	(1.895)	939
Previdenciárias	881	99	-	-	980
Ativos da RFFSA	774	-	-	-	774
Total	<u>26.230</u>	<u>6.698</u>	<u>(2.975)</u>	<u>(4.489)</u>	<u>25.464</u>

(a) Contingências cíveis

A Companhia é citada como ré em diversas ações pleiteando indenizações relativas a danos morais e materiais considerados pelos seus advogados como prováveis de perda, no montante de R\$ 8.374 (R\$ 6.744 em 31 de dezembro de 2016). Para essas contingências cíveis, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R\$ 115 (R\$ 115 em 31 de dezembro de 2016).

(b) Contingências trabalhistas

A Companhia possui diversas ações trabalhistas, cujo montante classificado como de risco de perda provável é de R\$ 18.164 (R\$ 16.027 em 31 de dezembro de 2016). Para suportar essas contingências trabalhistas, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R\$ 13.015 (R\$ 12.425 em 31 de dezembro de 2016). Essas ações em sua maioria são provenientes de ações movidas por Sindicato discutindo as seguintes matérias: Ticket Alimentação, Adicional de Periculosidade e horas extras (jornada de 6 horas).

(c) Contingências tributárias

A Companhia possui diversas ações tributárias, cujo montante classificado como de risco de perda provável é de R\$ 1.013 (R\$ 939 em 31 de dezembro de 2016). Para suportar essas contingências tributárias, a Companhia possui depositado judicialmente o montante de R\$ 9.691 (R\$ 7.767 em 31 de dezembro de 2016). Essas ações em sua maioria são provenientes de ações discutindo as seguintes matérias: ICMS, ISS, COFINS, FAP (fator de acidente previdenciário) e autos de infração.

(d) Contingências com ativos da RFFSA

Em 31 de dezembro de 2017, a Companhia mantém registrada provisão para fazer face a eventuais perdas com vagões de propriedade da RFFSA, que deverão ser devolvidos ao final do contrato de concessão, nas mesmas condições em que foram recebidos. Considerando o valor de mercado de um vagão em pleno uso e a estimativa de gastos com os vagões danificados encontra-se provisionado o montante de R\$ 774 (R\$ 774 em 31 de dezembro de 2016).

Outros processos

Existem outros processos avaliados pelos assessores jurídicos como sendo de risco possível, no montante de R\$ 81.230 (R\$ 70.400 em 31 de dezembro de 2016) para os quais nenhuma provisão foi constituída, tendo em vista que as práticas contábeis adotadas no Brasil não requerem sua contabilização. Essas ações em sua maioria são provenientes de ações indenizatórias de acidentes ferroviários, autuações ambientais e verbas rescisórias trabalhistas. Abaixo as principais causas:

- Ação de Indenização, na esfera cível, processo nº 29206-86.2012.8.10.0001, em curso na 7ª Vara Cível da comarca de São Luís (MA), visa indenização por danos morais e estéticos com pedido de Tutela Antecipada por acidente ferroviário. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de

dezembro de 2017 o montante de R\$ 1.234 (R\$ 1.211 em 31 de dezembro de 2016).

- b) Ação na esfera tributária, processo nº 3596-92.2007.8.10.0001, visa o reconhecimento da inconstitucionalidade/ilegalidade da cobrança do ISSQN sobre a cessão do direito de passagem. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 4.019 (R\$ 3.722 em 31 de dezembro de 2016).
- c) Ação Anulatória, na esfera cível, processo nº 35032-13.2005.4.01.3400 (2005.34.00035532-2), visa anulação de oito autos de infração por descumprimento de meta referente à concessão da utilização do serviço público. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 2.232 (R\$ 2.189 em 31 de dezembro de 2016).
- d) Ação de Cobrança, na esfera cível, processo nº 0000350-72.2007.4.02.5101 (2007.51.01.000350-6), relativa à pretensão da RFFSA de receber da FTL o repasse de um percentual incidente sobre a receita líquida auferida pela FTL em razão de contrato firmado entre o consórcio Railnet (do qual a FTL é parte) e a empresa Intelig. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 2.199 (R\$ 2.063 em 31 de dezembro de 2016).
- e) Auto de Infração nº 682.676/D, na esfera ambiental, no qual a Companhia foi autuada por lançar óleo ou substâncias oleosas, em desacordo com as exigências estabelecidas em leis ou atos normativos. A estimativa de perda financeira de risco possível perfaz, na data base de 31 de dezembro de 2017 o montante de R\$ 3.708 (R\$ 3.388 em 31 de dezembro de 2016).

16. RECEITA DIFERIDA

Refere-se ao saldo dos recursos recebidos pela Companhia, em 31 de dezembro de 2017, no montante de R\$ 6.602 (R\$ 5.089 em 31 de dezembro de 2016), sendo R\$ 4.534 decorrentes do contrato junto à Intelig Telecomunicações Ltda., para a utilização de faixas de domínio e implantação de uma rede de fibra óptica na margem da ferrovia, e R\$ 2.068 decorrentes do contrato junto ao Terminal Químico de Aratu referente à permissão de uso para construção, instalação e manutenção de desvio ferroviário e de plataformas de carregamento, ambos os contratos com vigência até o ano de 2027.

17. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

Em 31 de dezembro de 2017 e em 31 de dezembro de 2016, o capital social, subscrito e integralizado no montante de R\$ 430.798 estão compostos conforme abaixo:

	<u>Quantidade de ações Ordinárias</u>
Companhia Siderúrgica do Nacional – CSN	395.302.149
Taquari Participações S.A.	<u>40.145.014</u>
	<u><u>435.447.163</u></u>

A Companhia poderá, mediante deliberação do Conselho de Administração, aumentar o seu capital social independentemente de reforma estatutária até o limite de 1.000.000.000 (um bilhão) de ações nominativas, sem valor nominal.

b) Reservas

- Reserva legal

É constituída a razão de 5% do lucro líquido apurado em cada exercício social nos termos do artigo 193 da Lei No. 6.404/76, até o limite de 20% do capital social.

c) Resultado por ação

O resultado por ação básico e resultado por ação diluído foram calculados com base no resultado do exercício atribuível aos acionistas controladores e não controladores da Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017 e 31 de dezembro de 2016, conforme o quadro abaixo:

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Prejuízo básico/diluído por ação</u>	<u>Total</u>	<u>Total</u>
Prejuízo do exercício	(85.243)	(12.558)
Quantidade de ações ordinárias média ponderada durante o exercício	<u>435.447.163</u>	<u>399.769.360</u>
Resultado por ação – básico e diluído (por lote de mil ações)	<u>(0,1958)</u>	<u>(0,0314)</u>

A quantidade média ponderada de ações utilizada na apuração do prejuízo diluído por ação foi a mesma utilizada para o cálculo do prejuízo por ação básico, por não haver instrumentos antidiluidores.

18. RECEITA DE SERVIÇOS - LÍQUIDA

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Receita bruta</u>		
Receita de serviços de transportes	98.309	91.734
Receita com direito de passagem	41.763	26.216
Receita com gestão patrimonial	<u>5.962</u>	<u>7.189</u>
Total da receita bruta	<u>146.034</u>	<u>125.139</u>
<u>Deduções da receita bruta</u>		
ICMS	(10.969)	(10.130)
PIS	(2.400)	(2.082)
COFINS	(11.052)	(9.587)
ISS	(2.734)	(1.859)
INSS	(2.163)	(1.883)
Deduções e abatimentos	<u>(1.838)</u>	<u>(1.933)</u>
	<u>(31.156)</u>	<u>(27.474)</u>
Receita líquida dos serviços prestados	<u>114.878</u>	<u>97.665</u>

Composição do faturamento por cliente (base volume serviço faturado)

<u>Clientes</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>%</u>	<u>31/12/2016</u>	<u>%</u>
Maior cliente	22.880	16	20.613	17
2º e 3º maiores clientes	38.130	26	34.163	27
Outros	<u>85.024</u>	<u>58</u>	<u>70.363</u>	<u>56</u>
Total	<u>146.034</u>	<u>100</u>	<u>125.139</u>	<u>100</u>

19. DESPESAS POR NATUREZA

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Custos</u>		
Folha de pagamento	(39.942)	(33.031)
Material	(24.968)	(23.993)
Serviço	(18.642)	(16.308)
Depreciação e amortização	<u>(81.308)</u>	<u>(17.836)</u>
Total dos custos	<u>(164.860)</u>	<u>(91.168)</u>
 <u>Despesas administrativas</u>		
Folha de pagamento	(2.714)	(2.727)
Material	(56)	(45)
Serviço	(11.066)	(11.547)
Depreciação e amortização	<u>(1.971)</u>	<u>(1.289)</u>
Total das despesas administrativas	<u>(15.807)</u>	<u>(15.608)</u>
 <u>Despesas com vendas</u>		
Folha de pagamento	(906)	(894)
Serviço	(171)	(323)
Créditos não recebidos	(250)	-
Perda estimada para créditos de liquidação duvidosa	(223)	(315)
Depreciação e amortização	<u>(30)</u>	<u>(47)</u>
Total das despesas com vendas	<u>(1.580)</u>	<u>(1.579)</u>
 <u>Outras receitas (despesas) operacionais</u>		
Provisão para riscos	(8.159)	(3.723)
Custos de ociosidade	(5.232)	(3.219)
Depreciação e amortização de bens ociosos	(5.010)	(1.491)
Outros	<u>(3.264)</u>	<u>(23)</u>
Total das outras receitas e despesas operacionais	<u>(21.665)</u>	<u>(8.456)</u>

20. RESULTADO FINANCEIRO

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
<u>Receitas financeiras</u>		
Juros sobre operações com partes relacionadas	16.624	30.234
Outros	3.143	2.443
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	<u>(837)</u>	<u>(1.516)</u>
	<u>18.930</u>	<u>31.161</u>
 <u>Despesas financeiras</u>		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(4.210)	(5.860)
Juros sobre arrendamento	(5.958)	(7.003)
Outros	<u>(4.971)</u>	<u>(11.710)</u>
	<u>(15.139)</u>	<u>(24.573)</u>
 Resultado financeiro	<u>3.791</u>	<u>6.588</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

a) Composição dos saldos

O valor contábil dos ativos e passivos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das informações financeiras foi:

Ativos financeiros			31/12/2017				
	Valor contábil	Até 6 meses	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos	
Contas a receber (nota 5)	11.489	7.801	-	270	405	3.013	
Partes relacionadas (nota 9):							
Mútuo	110.604	-	-	110.604	-	-	
Cessão de créditos	49.058	24.529	24.529	-	-	-	
Total	171.151	32.330	24.529	110.874	405	3.013	

Passivos financeiros			31/12/2017				
Passivos financeiros não derivativos	Valor contábil	Até 6 meses	6-12 meses	1-2 anos	2-5 anos	Mais de 5 anos	
Empréstimos e financiamentos	41.341	8.888	8.830	16.809	6.814	-	
Fornecedores e outras contas a pagar	31.779	26.102	1.235	1.235	1.674	1.533	
Total	73.120	34.990	10.065	18.044	8.488	1.533	

b) Critérios, premissas e limitações utilizadas no cálculo dos valores justo.

Contas a receber de clientes

As contas a receber de clientes são registradas pelo valor faturado, incluindo os respectivos impostos diretos de responsabilidade tributária da Companhia, menos os impostos retidos na fonte, os quais são considerados créditos tributários.

Empréstimos e financiamentos

O valor dos empréstimos e financiamentos está sendo calculado na data de 31 de dezembro de 2017 pelo custo amortizado, sendo este o valor justo desses empréstimos e financiamentos. Dessa forma a Companhia entende que os valores contabilizados nas informações financeiras pelo seu valor contábil, são substancialmente similares aos que seriam obtidos se fossem negociados no mercado. Os valores justos de outros ativos e passivos de longo prazo não diferem significativamente de seus valores contábeis, exceto os valores abaixo.

O valor justo desses instrumentos passivos está registrado contra o resultado.

Fornecedores e outras contas a pagar

Os fornecedores são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridas até a data do balanço patrimonial.

O valor justo dos instrumentos financeiros é idêntico ao valor contábil desta forma a Companhia optou por não divulgar o quadro comparativo.

c) Risco de crédito

O risco de crédito é o risco de prejuízo financeiro da Companhia caso um cliente ou contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais, que surgem principalmente dos recebíveis da Companhia de clientes e em aplicações financeiras.

A exposição da Companhia ao risco de crédito é influenciada, principalmente, pelas características individuais de cada cliente. Entretanto, as políticas da Companhia visam minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência de seus clientes. Esse objetivo é alcançado por meio da seleção criteriosa da carteira de clientes.

d) Risco de liquidez

As maturidades contratuais de passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados e excluindo o impacto de acordos de negociação de moedas pela posição líquida, estão apresentadas no quadro nota explicativa nº 21 (a).

e) Risco de taxas de juros

Os resultados da Companhia não estão suscetíveis de sofrer variações significativas decorrentes das operações de empréstimos e financiamentos, visto que as taxas praticadas nessas operações possuem custo fixo ou estão baseados em TJLP, cuja variação ocorre trimestralmente. A Companhia não contrata instrumento financeiro específico para mitigar esses riscos.

f) Análise de sensibilidade de variações nas taxas de juros

Os resultados da Companhia estão suscetíveis de sofrer variações, não significativas, em função dos efeitos da volatilidade da taxa CDI sobre os valores a receber de mútuo atrelado a essa taxa, dos créditos a receber atrelados à taxa SELIC e da TJLP sobre a parte dos empréstimos e financiamentos que estão atrelados a esta taxa.

	<u>31/12/2017</u>
Ativos em SELIC	49.058
Ativos em 112% do CDI	110.604
Passivos em TJLP	41.341

Para fins de atendimento à Deliberação nº 550 de 17 de outubro de 2008, dado a exposição do risco de oscilação da cotação, a Companhia apresenta abaixo três cenários de variação das taxas e os respectivos resultados futuros que seriam gerados. São eles: (i) cenário 1 (provável) que é adotado pela Companhia, com 112% do CDI à taxa de 11,18% a.a., SELIC à taxa de 10,08% a.a. e TJLP à taxa de 7,13% a.a., (ii) cenário 2, considerando um aumento e redução de 25% sobre as taxas e (iii) cenário 3, considerando um aumento e redução de 50% sobre as taxas.

Abaixo a demonstração da variação das taxas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2017, conforme cenário demonstrado acima:

<u>Variação positiva</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário 1 (variação de 25%)</u>	<u>Cenário 2 (variação de 50%)</u>
Transação				
Empréstimo em TJLP	41.431	TJLP a 7,13%	TJLP a 5,35%	TJLP a 3,57%
Despesa financeira		(2.954)	(2.215)	(1.477)
Valores a receber em SELIC	49.058	SELIC a 10,08%	SELIC a 12,60%	SELIC a 15,12%
Receita financeira		4.945	6.181	7.418
Valores a receber em 112% CDI	110.604	CDI a 11,18%	CDI a 13,98%	CDI a 16,77%
Receita financeira		12.366	15.457	18.548

<u>Varição negativa</u>	<u>Risco</u>	<u>Cenário provável</u>	<u>Cenário 1</u>	<u>Cenário 2</u>
Transação Empréstimo em TJLP Despesa financeira	41.431	TJLP a 7,13% (2.954)	TJLP a 8,91% (3.692)	TJLP a 10,70% (4.431)
Valores a receber em SELIC Receita financeira	49.058	SELIC a 10,08% 4.945	SELIC a 7,56% 3.709	SELIC a 5,04% 2.473
Valores a receber em 112% CDI Receita financeira	110.604	CDI a 11,18% 12.366	CDI a 8,39% 9.274	CDI a 5,59% 6.183

22. COBERTURA DE SEGUROS

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras, consequentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro 2017, a Companhia possui cobertura de seguros contra riscos operacionais, com o limite máximo de indenização de R\$ 10.000 para danos materiais, R\$ 10.000 para responsabilidade civil, ambas com datas de vigências de 30 de setembro de 2016 a 31 de março de 2018, seguros para veículos com limite máximo de indenização de danos materiais a terceiros de R\$ 500, danos corporais a terceiros de R\$ 1.000 com vigência até 31 de março de 2019 e seguro de responsabilidade civil de transporte ferroviário com limite máximo de R\$ 2.000, com vigência até 31 de março de 2018.

23. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETARAM CAIXA

	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2016</u>
Integralização de AFAC	-	39.340
Compensação de depósitos judiciais com provisões para riscos	3.793	4.489
Compensação de partes relacionadas a pagar com mútuos a receber	4.689	48.468

24. EVENTOS SUBSEQUENTES

A Agência Nacional de Transportes Terrestres – ANTT publicou a 3ª edição do Manual de Contabilidade do Serviço Público de Transporte Ferroviário de Cargas e Passageiros, contendo o Plano de Contas Padronizado, Relatórios Auxiliares e informações complementares. A aplicação do referido Manual se dará compulsoriamente a partir de 1º de janeiro de 2018.

* * * * *

Sergio Márcio de Freitas Leite
Diretor Presidente

Marcello Barreto Marques
Diretor Comercial e Operações

Fernando Botelho Assunção
CRC CE nº 023494/O-4
Contador Responsável